



# Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Orizon encerra o período com evolução consistente na qualidade dos seus resultados e no fortalecimento de uma plataforma cada vez mais integrada, preparada para capturar oportunidades estruturais na agenda de valorização de resíduos e transição energética.

Em 2025, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 1,05 bilhão, com crescimento de 16,3%, e EBITDA de R\$ 500,4 milhões, avanço de 15,4%, refletindo a maturação dos ativos, ganhos de eficiência operacional e uma estratégia comercial disciplinada, com ganhos reais de preço no segmento de destinação final.

No quarto trimestre, observamos uma aceleração relevante dos resultados, com crescimento de 14,8% na receita líquida e de 38,0% no EBITDA na comparação anual, além de expansão de 8,5 p.p. na margem EBITDA, evidenciando a excelência operacional e a evolução do mix de receitas.

Ao longo do ano, avançamos na execução das nossas principais frentes estratégicas. Em crescimento e consolidação, realizamos aquisições seletivas, incluindo o aterro de Presidente Prudente, ampliando nossa presença geográfica e fortalecendo nossa base operacional.

Na valorização de ativos ambientais, evoluímos na monetização de créditos de carbono e iniciamos, no primeiro trimestre de 2026, a operação comercial das plantas de biometano de Paulínia e Jaboatão, dois dos principais projetos da Companhia, ampliando a geração de receitas de maior valor agregado.

No pilar de estrutura de capital, avançamos no fortalecimento da base financeira, com a realização do follow-on, redução do custo médio da dívida e alongamento dos prazos, alinhando ainda mais o perfil financeiro da Companhia ao ciclo de maturação dos ativos.

O ambiente setorial segue evoluindo de forma favorável, com avanços na agenda de encerramento de licenças, maior rigor regulatório, desenvolvimento do mercado de carbono e incentivos à transição energética e à economia circular. Destaca-se também a evolução dos modelos de contratação, com maior adoção de concessões e contratos de longo prazo, associados a investimentos intensivos em capital e retornos compatíveis com o perfil do setor. Esse contexto amplia a demanda por soluções estruturadas e reforça a importância de operadores com escala e capacidade de execução.

A incorporação da Vital Engenharia Ambiental, anunciada em dezembro de 2025, representa um passo estratégico relevante na consolidação da Orizon como uma plataforma integrada de soluções ambientais. A operação amplia de forma significativa nossa atuação, adicionando contratos de longo prazo, maior previsibilidade de receitas e complementaridade operacional ao portfólio existente, além de elevar nossa escala, capilaridade e relevância no setor. A combinação com a Vital fortalece nossa capacidade de captura de sinergias e amplia o pipeline de crescimento em um setor ainda fragmentado, reforçando o posicionamento da Companhia como agente ativo na consolidação do mercado.

Já no início de 2026, mantivemos o ritmo de execução, com destaque para o êxito no leilão de reserva de capacidade, no qual contratamos 52,7 MW, reforçando a estratégia de monetização dos ativos de energia e ampliando a previsibilidade de receitas.

Seguimos avançando em iniciativas voltadas à descarbonização, à valorização de resíduos e ao desenvolvimento das regiões onde atuamos. A evolução recente da Companhia, incluindo a incorporação da Vital, amplia também nossa proximidade com a sociedade, reforçando nosso papel na prestação de serviços essenciais e o impacto direto nas comunidades atendidas.

A Orizon entra no próximo ciclo com bases sólidas, combinando escala, maior captura de valor ao longo da cadeia de resíduos e uma estrutura de capital mais eficiente. Esse posicionamento reforça o papel da Companhia como protagonista na consolidação do setor e sustenta sua capacidade de liderar a agenda de transição energética e gestão integrada de resíduos no Brasil.

Agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros, clientes, conselheiros e acionistas pela confiança e pelo compromisso ao longo deste período.

Atenciosamente,

**Milton Pilão Jr.**  
CEO

**Leonardo Santos**  
CFO e DRI

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 4T25 e 2025

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das Demonstrações Financeiras individuais consolidadas auditadas da Companhia relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Os termos "A/H" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente, enquanto o termo "n.a." significa "não aplicável".

### EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					
(em R\$ milhares, exceto %)	2025	AV%	2024	AV%	A/H%
Receita operacional líquida	1.050.340	100,00%	903.473	100,00%	16,28%
Custos dos serviços prestados	(565.077)	-53,80%	(489.926)	-54,23%	15,34%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>485.263</b>	<b>46,20%</b>	<b>413.547</b>	<b>45,77%</b>	<b>17,34%</b>
Despesas gerais e administrativas e com vendas	(187.978)	-17,90%	(164.183)	-18,17%	14,49%
Outras receitas (despesas) líquidas	5.851	0,56%	9.067	1,00%	-35,47%
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>	<b>303.136</b>	<b>28,86%</b>	<b>258.431</b>	<b>28,60%</b>	<b>17,30%</b>
Resultado de equivalência patrimonial	6.815	0,65%	14.687	1,63%	-53,60%
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(213.082)</b>	<b>-20,29%</b>	<b>(170.770)</b>	<b>-18,90%</b>	<b>24,78%</b>
Receitas Financeiras	112.079	10,67%	58.643	6,49%	91,12%
Despesas Financeiras	(325.161)	-30,96%	(229.413)	-25,39%	41,74%
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>96.869</b>	<b>9,22%</b>	<b>102.348</b>	<b>11,33%</b>	<b>-5,35%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(22.907)	-2,18%	(27.872)	-3,08%	-17,81%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(26.219)	-2,50%	(33.704)	-3,73%	-22,21%
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.312	0,32%	5.832	0,65%	-43,21%
<b>Resultado do exercício</b>	<b>73.962</b>	<b>7,04%</b>	<b>74.476</b>	<b>8,24%</b>	<b>-0,69%</b>

### Receta operacional líquida

A receita operacional líquida do período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.050.340 milhões comparativamente a R\$903.473 mil no ano de 2024, o que representou aumento de R\$146.867 mil ou 16,28%. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pela destinação final de resíduos com novo aumento no preço médio e pelas vendas de créditos de carbono.

### Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$565.077 mil comparativamente a R\$489.926 mil no ano de 2024, o que representou um aumento de R\$75.151 mil ou 15,34%. O custo dos serviços prestados representou 53,80% e 54,23% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, mostrando melhora na gestão de custos quando considerado o incremento na receita líquida.

### Lucro Bruto

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro bruto atingiu R\$485.263 mil, em comparação com R\$413.547 mil no ano de 2024, resultando em um aumento de R\$71.716 mil ou 17,34%. Esse lucro bruto representou 46,20% da receita líquida em 2025, em comparação com 45,77% em 2024.

### Despesas gerais, administrativas e com vendas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, as despesas gerais, administrativas e com vendas foram de R\$187.978 mil um aumento de R\$23.795 mil em comparação com os R\$164.183 mil registrados no ano de 2024, representando um aumento percentual de 14,49%. Essas despesas constituíram 17,90% da receita operacional líquida em 2025 e 18,17% em 2024, e incluem as despesas da administração central e comercial, bem como despesas diretas e indiretas das unidades operacionais. O resultado mostra o compromisso da companhia na otimização de seus custos e despesas.

### Outras receitas (despesas), líquidas

As outras receitas (despesas), líquidas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 somaram despesa de R\$5.851 mil comparativamente a receita líquida de R\$9.067 mil do ano de 2024.

### Resultado financeiro, líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o resultado financeiro líquido foi de uma despesa de R\$213.082 mil, uma variação de R\$42.312 mil ou 25,78% em comparação com a despesa de R\$170.770 mil registrada no ano de 2024. O resultado financeiro líquido representou 10,67% da receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2025, em comparação com os 6,49% registrados em 31 de dezembro de 2024.

### Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi positivo em R\$6.815 mil comparativamente a R\$14.687 mil no ano de 2024, atribuído principalmente a variações nos resultados das empresas controladas.

### Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$96.869 mil comparativamente a R\$102.348 mil no ano de 2024, o que representou uma variação negativa de R\$5.479 mil. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou, respectivamente, 9,22% e 11,33% da receita operacional líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma leve queda explicada pelo pré-pagamento das debêntures da 4ª Emissão.

### Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$22.907 mil comparativamente a R\$27.872 mil do ano de 2024, o que representou uma redução da despesa em R\$4.965 mil. Em termos percentuais, o imposto de renda e contribuição social representaram 2,18% da receita líquida em 2025 e 3,08% em 2024.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi positivo em R\$73.962 mil comparativamente ao lucro de R\$74.476 mil do ano de 2024. O lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 representou 7,04% da receita operacional líquida. A variação em relação ao reportado em 2024 é explicada pelos itens mencionados acima.

### Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. não prestou serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

### Declaração da Administração

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela preparação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de que estamos livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erro.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com conclusão expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre o exame da ITR relativa ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2025.

### PESSOAS

A Companhia reafirma seu compromisso com a promoção de um ambiente inclusivo, sustentável e alinhado às melhores práticas de governança corporativa. Em cumprimento à Lei nº 15.177/2025,

apresentamos a análise dos principais indicadores de diversidade, que abrangem a representatividade feminina nos diferentes níveis hierárquicos, a relação entre a remuneração feminina e masculina por grupo de cargo, a participação feminina no Conselho de administração e a comparação entre categorias de Liderança e Não Liderança.

A avaliação conjunta desses indicadores permite compreender a composição dos times, acompanhar tendências naturais das funções e monitorar a evolução da presença feminina em posições estratégicas. Esses elementos oferecem uma visão integrada da dinâmica organizacional e reforçam o compromisso contínuo da Companhia com equidade, inclusão e transparência.

### Tabela 1: Proporção de mulheres por nível hierárquico e evolução comparativa

Mulheres por nível hierárquico		
	2024	2025
Diretor	20%	25%
Superintendente	-	13%
Gerente	31%	29%
Coordenador/Supervisor	41%	41%
Especialista/Analista	56%	57%
Técnico	40%	38%
Operacional	13%	13%

Tabela 2: Proporção da remuneração anual feminina em relação à masculina por grupo de cargo e evolução comparativa. O quadro a seguir utiliza como referência a remuneração anual e eventual dos colaboradores do sexo masculino, considerada como 100% em todas as categorias. Assim, os percentuais apresentados representam exclusivamente quanto a remuneração anual feminina corresponde a essa base masculina, permitindo visualizar a relação entre os grupos de cargo ao longo do tempo.

Proporção da remuneração anual feminina		
	2024	2025
Conselho de Administração	146%	182%
Diretor Estatutário	-	-
Diretor	61%	52%
Superintendente	-	88%
Gerente	77%	79%
Coordenador/Supervisor	115%	115%
Especialista/Analista	79%	84%
Técnico	76%	85%
Operacional	95%	95%

Tabela 3: Relação da remuneração anual feminina usando como base à masculina por categoria de Liderança e Não Liderança e evolução comparativa.

Relação da remuneração anual feminino/masculino por categoria de Liderança e Não Liderança		
	2024	2025
Liderança	78%	75%
Não Liderança	108%	101%

Tabela 4: participação feminina no conselho de administração da companhia e evolução comparativa

Participação feminina no Conselho de administração		
	2024	2025
Conselho de Administração	20%	17%
Diretor Estatutário	-	-

Os resultados apresentados refletem variações entre os níveis, influenciadas pela composição das equipes, pelas características de cada função e pelo tempo médio nas posições. A Companhia continuará acompanhando esses indicadores de forma estruturada, aprimorando iniciativas e fortalecendo ações que promovam diversidade, inclusão e equidade, sempre com transparência e alinhamento às melhores práticas de mercado.

### IBRA B3 IGC B3 IGC-NM B3 ICTT B3 ITAG B3 SMLL B3 UTIL B3

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	494.841	3.488	851.334	493.299
Títulos e valores mobiliários	4	54.713	-	71.035	108.524
Contas a receber de clientes	6	-	-	281.694	194.288
Impostos e contribuições a recuperar	7.a	3.716	4.666	67.166	50.927
Outros ativos	9	2.706	1.923	74.019	64.710
Total do ativo circulante		555.976	10.077	1.345.247	911.746
Não circulante					
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	-	-	42.402
Debêntures	5	200.843	-	-	-
Contas a receber de clientes	6	3.427	-	37.686	59.975
Partes relacionadas	8	322.845	360.355	39.506	9.478
Depósitos judiciais e cauções	18	-	-	6.066	6.066
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.c	-	-	82.325	79.973
Investimentos	10	1.084.729	969.911	117.461	112.801
Imobilizado, Líquido	11	-	-	2.070.525	1.556.269
Intangível	12	3.249	-	490.999	450.967
Direito de uso	13	-	-	98.014	98.549
Outros ativos	9	-	-	6.117	6.070
Total do ativo não circulante		1.615.093	1.330.266	2.948.698	2.422.450
Total do ativo		2.171.069	1.340.343	4.293.945	3.334.196
				Controladora	Consolidado
Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	64.231	62.634	178.483	140.957
Arrendamentos	13	-	-	49.243	45.319
Fornecedores	14	16.672	419	145.788	106.723
Outorgas a pagar	15	-	-	15.963	12.502
Salários e encargos sociais	16	1.762	1.737	31.894	32.093
Impostos e contribuições a recolher	7.b	2.270	788	45.024	42.905
Parcelamento de impostos	17	367	3.391	12.873	24.544
Adiantamento a clientes	19	-	-	83.833	8.561
Contas a pagar	20	-	-	973	5.830
Outros passivos circulantes	9	14	12	5.599	3.659
Total do passivo circulante		85.316	68.981	569.473	423.093
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	567.647	438.432	1.943.929	1.726.341
Arrendamentos não circulante	13	-	-	54.834	62.382
Parcelamento de Impostos	17	8.763	8.609	30.047	41.286
Provisão para perdas em investimentos	10	-	-	158	158
Passivo com partes relacionadas	8	64.513	42.485	12.267	3.426
Provisão para contingências	18	-	-	14.619	13.901
Fis e cofins diferidos	7.e	2.728	3.680	2.728	3.680
Adiantamento a clientes	19	-	-	75.000	150.000
Outros passivos	9	-	-	39.253	30.870
Total do passivo não circulante		643.651	493.206	2.172.835	2.037.324
Patrimônio líquido	21				
Capital social		1.191.127	1.091.127	1.191.127	1.091.127
Reserva para investimentos		957.066	453.262	957.066	453.262
Ajuste de avaliação patrimonial		10.359	10.359	10.359	10.359
(-) Prejuízos acumulados		(727.704)	(787.846)	(727.704)	(787.846)
Outros resultados abrangentes		11.254	11.254	11.254	11.254
Participação de controladores		1.442.102	778.156	1.442.102	778.156
Participação de não controladores		1.442.102	778.156	199.535	95.715
Total do patrimônio líquido		2.171.069	1.340.343	4.293.945	3.334.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Reserva de capital		Outras reservas	Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Participação de não controladores	Total Patrimônio líquido
		Capital social	Custo na emissão de ações						
Saldos em 1º de janeiro de 2024		1.091.127	(39.536)	3.023	489.775	-	706.005	38.588	744.593
Outros resultados abrangentes equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	11.254	11.254	577
Aumento de capital de sócio não controlador		-	-	-	-	-	-	-	42.971
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	60.897	-	60.897	13.579
Saldos em 31 de dezembro de 2024		20	1.091.127	(39.536)	3.023	489			





# Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



## Notas explicativas às informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

**Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas civis e trabalhistas avaliadas pelo jurídico e consultores com a possibilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Vidas úteis do ativo imobilizado:** Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e à capacidade total das operações de aterro sanitário (ecoparque) para recebimento de resíduos sólidos. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Ao longo de cada exercício, a Companhia avalia a realização dos saldos de contas a receber com base em estimativa a partir da ponderação dos riscos de perda de cada grupo do "aging list", considerando os diferentes riscos de acordo com as operações de cobrança e a probabilidade futura de inadimplência, na melhor expectativa da administração. A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, considerando histórico de inadimplência por faixa de idade. **Análise de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve provisão de impairment. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Estas normas estão descritas a seguir:

**2.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:**  
**Pronunciamento Vigência**  
 IFRS 18, Apresentação e Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.  
 O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.  
 As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a CPC 09 - demonstrações contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras para os períodos vigentes obrigatórios indicados. **2.16. Reapresentação das demonstrações financeiras:** A Companhia está reapresentando suas demonstrações financeiras em decorrência mudança prospectiva de prática contábil a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2025, com efeitos práticos nos saldos comparativos referentes à apresentação das informações por segmento, em consonância com o pronunciamento CPC 22 - Informações por segmento. A atualização da apresentação busca demonstrar de forma mais fidedigna a visão da Administração em relação às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Companhia no cenário atual. As Unidades Geradoras de Caixa de cada segmento estão apresentadas abaixo: **Destinação Final:** • Tratamento e Destinação de Resíduos (Recetas e Custos); • Plantas de Biogás (Recetas e Custos); • Projetos de Créditos de Carbono (Recetas e Custos); • Transição Energética; • Plantas de Energia/UTEs (Recetas e Custos); • Plantas de Biometano (Recetas e Custos); • Plantas de Recuperação Energéticas | WIEs (Recetas e Custos); • Economia Circular; • Plantas de Biotransformação para co-processamento (Recetas e Custos); • Plantas de Reciclagem | UTMs (Recetas e Custos); • Plantas de Beneficiamento de Fibras Siderúrgicas (Recetas e Custos); • Plantas de Compostagem (Recetas e Custos). Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado				
	Tratamento e destinação final de resíduos	Energia, biogás e crédito de carbono	Beneficiamento de resíduos/WTE	Engenharia Ambiental	Total
Receita operacional líquida	652.768	170.605	57.171	22.929	903.473
Custo dos serviços prestados	(263.524)	(19.495)	(54.560)	(22.124)	(359.703)
Lucro bruto antes da depreciação	389.244	151.110	2.611	805	543.770
Custos de depreciação	-	-	-	-	(130.223)
Lucro bruto	-	-	-	-	413.547
Recetas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	-	-	-	(164.183)	-
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	-	9.067	-
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	-	-	-	-	(155.116)
Resultado financeiro	-	-	-	-	58.643
Recetas financeiras	-	-	-	-	(229.413)
Despesas financeiras	-	-	-	-	(170.770)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	14.687
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	102.348
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	(33.704)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	74.476
Corrente	-	-	-	-	74.476
Diferido	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	74.476

	Consolidado (Reapresentado)				
	Destinação Final	Transição Energética	Energética Circular	Total	
Receita operacional líquida	743.317	82.038	78.118	903.473	
Custo dos serviços prestados	(275.354)	(7.498)	(76.851)	(359.703)	
Lucro bruto antes da depreciação	467.963	74.540	1.267	543.770	
Custos de depreciação	-	-	-	(130.223)	
Lucro bruto	-	-	-	413.547	
Recetas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	-	-	-	(164.183)	
Outras receitas, líquidas	-	-	-	9.067	
Prejuízo (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	-	-	-	-	(258.431)
Resultado financeiro	-	-	-	-	58.643
Recetas financeiras	-	-	-	-	(229.413)
Despesas financeiras	-	-	-	-	(170.770)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	14.687
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	102.348
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	(33.704)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	5.832
Corrente	-	-	-	-	74.476
Diferido	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	74.476

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**  
 Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósitos bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI.  
**4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
 Títulos e valores mobiliários  
 Circulante  
 Não circulante  
**Títulos e valores mobiliários:** O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais apresentam baixo risco de crédito e não estão sujeitos a variações significativas no valor do principal. Essas aplicações são remuneradas por taxas pós-fixadas indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com rentabilidade próxima a 100% da variação do CDI, sendo os rendimentos apropriados até a data do resgate ou vencimento. **Notas comerciais - Biometano Verde Paulínia S.A.:** Em 26 de novembro de 2025, a Orizon Valorização de Resíduos S.A. subscreveu 53.900.000 notas comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 53.900.000, emitidas pela Biometano Verde Paulínia S.A., no âmbito de sua 1ª emissão de notas comerciais em série única para colação privada. As notas comerciais possuem vencimento em 31 de março de 2026 e são remuneradas à taxa correspondente a 100% do CDI acrescida de 1,20% ao ano, calculada em base de 252 dias úteis. A rentabilidade inicia-se após a efetiva integralização das notas comerciais. A emissora das notas comerciais integra a estrutura societária do grupo Onebio, no qual a Companhia detém participação indireta de 49%.  
**5. DEBÊNTURES**  
 Debêntures  
 Circulante  
 Não circulante  
 Saldo em 31 de dezembro de 2024  
 Captação  
 Redimensionamento das debêntures  
 Ajuste a valor presente  
 Saldo em 31 de dezembro de 2025  
 Circulante  
 Não Circulante  
 Em 15 de dezembro de 2025, a Companhia realizou sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, em série única, no montante total de R\$200.000, classificadas como debêntures de infraestrutura. As debêntures possuem característica de principal, com início de pagamento a partir de 2031 e vencimento em dezembro de 2039. Os juros serão amortizados semestralmente a partir de junho de 2026. A atualização do valor nominal unitário e remuneração das Debentures correspondem a IPCA + 7,9283% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	-	-	333.032	298.536
Serviços a faturar	3.427	-	130.222	121.087
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.427	-	(143.874)	(165.360)
Total	3.427	-	319.380	254.263
Circulante	-	-	281.694	194.288
Não circulante	3.427	-	37.686	59.975

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	3.427	-	60.184	55.635
Vencidos até 30 dias	-	-	30.171	20.815
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	21.837	6.084
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-	13.640	3.206
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-	21.531	12.819
Vencidos de 181 a 360 dias	-	-	10.209	12.626
Vencidos acima de 360 dias	-	-	175.460	187.721
Total	3.427	-	333.032	298.536

Dos saldos a receber da controlada indireta CTRA junto a PMSG, no montante de R\$44.015, dos quais R\$16.386 estão integralmente classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias. Há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, que somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	(165.360)	(155.584)
Reversões (Cotações) de provisão,	21.481	(9.170)
Saldo no fim do exercício	(143.874)	(165.360)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 31 de dezembro de 2025. Há acordo firmado pela controlada indireta CTRA junto à PMSG, com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.460	16.000
Parcelas recebidas	12.860	(2.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.160	10.160

**Comercialização de créditos de carbono (Consolidado):** As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificação para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

Empresa proprietária dos créditos de carbono	Período de geração de créditos	Quantidade de Crédito de Carbono (tCO2eq)	Saldo
CTRN	01-01-21 a 31-12-21	563	13.635
CTRA	01-01-21 a 31-12-21	422	10.226
			23.861

O montante atualizado para 31 de dezembro de 2025, considerando o efeito da variação cambial é de R\$23.861 (R\$42.790 em 31 de dezembro de 2024). O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021, sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem por base para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism ("CDM") um preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário. O processo de engajamento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia: (1) Desenvolvimento do projeto; (2) Consulta aos stakeholders do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etc.); (3) Envio do projeto para a nova entidade; (4) Revisão do projeto pela nova entidade; (5) Certificação do projeto. Atualmente, a Companhia, através de suas controladas indiretas, está aplicando para registro de todos os seus projetos em entidades do mercado voluntário, tais como *Verified Carbon Standard* (Verra) ou *Gold Standard*. Em 14 de março de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque João Pessoa (Fox URE-JP), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais. Adicionalmente, foram emitidos os créditos de carbono referentes aos períodos de 2021, 2022 e 2023. A Companhia também possui projetos em andamento independentemente da Companhia. Em 05 de agosto de 2025, foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Jaboatão dos Guararapes (Orizon Meio Ambiente), junto ao *Gold Standard*, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais. Em 16 de setembro de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Serpige, junto ao Gold Standard, gerará cerca de 290 mil tCO2eq<sup>(2)</sup> de créditos de carbono por ano. Em 26 de novembro de 2024, foi concluído o registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Maceió junto à Gold Standard, certificadora internacional reconhecida pelo rigor técnico na certificação de créditos de carbono e por seus critérios de qualidade, integridade ambiental e benefícios socioambientais. O projeto consiste na captura e tratamento do biogás gerado no aterro sanitário do Ecoparque Maceió, evitando a emissão de metano para a atmosfera. A iniciativa possui capacidade estimada de geração anual de aproximadamente 480 mil créditos de carbono, provenientes da redução das emissões desse gás de efeito estufa. Em 29 de julho de 2025, foi concluído o registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Paulínia junto à Verra - organização de referência global no mercado voluntário de carbono, reconhecida internacionalmente pelo seu elevado rigor técnico na certificação de créditos. O projeto possui capacidade estimada de geração anual superior a 1 milhão de créditos de carbono, configurando-se como o maior projeto da Companhia nesse segmento até o momento. O primeiro período creditício teve início em 1º de novembro de 2022 e poderá ser renovado por até duas vezes, totalizando um período máximo de 21 anos de geração de créditos. Em 18 de fevereiro de 2026, o projeto de créditos de carbono do Ecoparque São Gonçalo foi registrado junto à Gold Standard, certificadora internacional reconhecida pelo elevado rigor técnico na validação de créditos de carbono e por seus critérios de elegibilidade, que asseguram qualidade, integridade ambiental e geração de benefícios socioambientais. O projeto apresenta capacidade estimada de geração anual superior a 700 mil créditos de carbono. Além disso, recebeu rating A (ex ante) da BeZen - avaliação independente realizada antes do registro do projeto, baseada na análise de sua estrutura básica, adicionalidade e integridade ambiental, o que reforça sua solidez e alinhamento às melhores práticas do mercado de carbono. Este é o sexto projeto de créditos de carbono da Orizon registrado no mercado voluntário, demonstrando o compromisso da companhia com iniciativas sustentáveis e com a promoção de impactos ambientais positivos, em consonância com as principais práticas globais de mitigação das mudanças climáticas. **OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões e Créditos de Descarbonização (CBO) - Adoção Inicial:** Em conformidade com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC 10 - "Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBO)", a Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção inicial desta norma, com o objetivo de assegurar a adequada representação contábil dos ativos e transações relacionados a instrumentos de mercado de carbono. A OCPC 10 tem como propósito estabelecer diretrizes contábeis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização no contexto das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Após análise técnica e aplicação do julgamento contábil apropriado, a Companhia identificou os seguintes principais efeitos decorrentes da adoção inicial da referida orientação: • Capitalização de Gastos: Os dispêndios incorridos relacionados à geração e comercialização dos créditos de carbono são inicialmente reconhecidos como ativos intangíveis, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 40 (R1) - Ativo Intangível, à medida que atendem aos requisitos de identificabilidade, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Tais valores são capitalizados até o momento da emissão formal dos créditos pelos órgãos reguladores competentes. Após a emissão, os ativos são reclassificados para estoques, conforme previsto no CPC 16 (R1) - Estoques, sendo mantidos nesta rubrica até sua efetiva comercialização. A realização desses saldos ocorre no momento da venda, com o reconhecimento da receita de acordo com os critérios do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. • Reconhecimento da Receita: A receita proveniente da venda de créditos de carbono será reconhecida somente quando atendidos os critérios de reconhecimento estabelecidos pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, especialmente no que se refere à transferência do controle dos ativos ao comprador. Isso ocorrerá apenas após o registro formal dos créditos no órgão regulador competente e assinatura de contrato definitivo com a contraparte, assegurando a transferência de todos os riscos e benefícios significativos. A adoção da OCPC 10 está sendo efetuada de forma prospectiva, em conformidade com as diretrizes do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, não resultando, portanto, em reclassificações ou ajustes nos saldos de abertura das demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores à adoção. A Companhia continuará monitorando a evolução regulatória e técnica relacionada ao mercado de carbono e seus desdobramentos contábeis, ajustando suas práticas conforme necessário para garantir conformidade às normas vigentes e à fiel representação da sua posição patrimonial e de desempenho econômico-financeiro. Os efeitos nas demonstrações contábeis são detalhados no quadro abaixo: • Durante a geração dos créditos, os custos serão comercializados. • Os gastos incorridos serão registrados no ativo intangível e mantidos nesta rubrica até que ocorra o registro dos créditos gerados; • Após certificação dos créditos gerados - Os gastos incorridos são reclassificados do ativo intangível para a rubrica de estoque; • Após a comercialização - Os créditos comercializados são reconhecidos na rubrica de receitas operacionais no resultado do exercício, enquanto os gastos incorridos presentes no estoque são baixados ao resultado no mesmo período. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 5.352.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos a recuperar	3.706	3.830	48.918	29.950
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1)	2	-	2.080	2.232
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	-	3.236	3.979
Programa de Integração Social (PIS) (1)	-	147	957	1.508
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (1)	-	675	3.985	6.758
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	119	108
Outros impostos a recuperar	8	14	918	673
Subtotal - tributos federais	3.716	4.666	60.213	44.971
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	234	43
Subtotal - tributos estaduais	-	-	234	43
Imposto sobre Serviços (ISS) (2)	-	-	6.719	5.913
Subtotal - tributos municipais	-	-	6.719	5.913
Total	3.716	4.666	67.166	50.927

(1) Os saldos apresentados referem-se principalmente (i) aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços; e (ii) impostos retidos das aplicações financeiras e retenções de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais. (2) O saldo apresentado refere-se à retenção de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos a recolher	3	3	2.860	1.018
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	-	438	438
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	-	-	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	304	1	13.460	13.033
Programa de Integração Social (PIS)	50	1	2.815	2.643
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	2.415	2.232
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	406	5.305
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	-	-	8.265	7.575
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS)	-	-	1.484	1.877
IOF	767	766	763	766
Outros impostos (*)	1.146	17	9.118	8.018
Total	2.270	788	45.024	42.905

(\*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar. **SUDENE - Incentivo fiscal obtido:** Em dezembro de 2023, a Companhia através de algumas de suas controladas, recebeu da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), órgão vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, aprovação do enquadramento referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicional em favor da filial da OMA em Jaboatão dos Guararapes-PE, UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda., Fox URE-JP Ambiental S.A., SPE Maceió Ambiental S.A. e Rosário do Calote Ambiental S.A.. Os referidos incentivos fiscais encontram-se vigentes e concedem redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do exercício social de 2023. A Companhia protocolou, perante a Receita Federal do Brasil, o pedido de reconhecimento do direito à referida redução do IRPJ, com base nos laudos de enquadramento emitidos pela SUDENE. A Companhia através de suas controladas Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá LTDA (CGR Cuiabá) e CTR Porto Velho, obteve reconhecimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para usufruto de incentivo fiscal que concede redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) pelo prazo de 10 (dez) anos, com início a partir do exercício social de 2024 (CGR Cuiabá) e 2025 (CTR Porto Velho). Os laudos de enquadramento foram emitidos pela SUDAM em dezembro de 2024 (CGR Cuiabá) e dezembro de 2025 (CTR Porto Velho). A Companhia protocolou junto à Receita Federal do Brasil os pedidos formais de reconhecimento do direito à redução do IRPJ, instruídos com os laudos expedidos pela SUDAM. Houve o reconhecimento por parte da Receita Federal para a CGR Cuiabá através da publicação do Ato Declaratório 034833712 em 11 de agosto de 2025 com efeito retroativo a partir de 01 de janeiro de 2024. Em relação à CTR Porto Velho o pedido encontra-se em análise. c) **Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período:** A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.142	58.751	96.869	102.348
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	(20.448)	(19.975)	(32.935)	(34.798)
Ajustes para cálculo pela al				





# Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



## Notas explicativas às informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025. (Em milhares de reais)

### 17. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS (CONSOLIDADO)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF (2)	6.180	8.123	6.179	8.123
INSS (1)	346	486	5.837	6.951
ISS	-	-	-	80
ICMS (1)	-	-	577	820
COFINS (1)	2.239	2.906	8.911	17.338
IRPJ (1)	-	-	9.297	15.061
CSLL (1)	-	-	3.395	5.648
PIS (1)	364	473	2.704	4.291
PERT	1	12	5.820	7.542
Total	9.130	12.000	42.720	65.830
Circulante	367	3.391	12.673	24.544
Não circulante	8.763	8.609	30.047	41.286

(1) No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R\$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controladora direta Orizon Meio Ambiente e controladas indiretas CTRNII, CTRBMM, CTRA, ETR e URE-JP. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R\$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelados. (2) No primeiro trimestre de 2023, a Companhia parcelou o IRRF sobre o pagamento baseado em ações.

A maior parte dos saldos de parcelamentos possui entre vencimento até 2027, cuja remuneração ocorre pela taxa Selic. Cronograma de pagamentos: Em 31 de dezembro de 2025, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

2027	4.507
2028	9.014
2029	9.014
2030 em diante	7.512
Total	30.047

### 18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) **Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável:** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, foram registradas provisões para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Para análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	2.139	6.796
Cíveis	5.013	4.912
Tributárias	7.467	7.383
Total	14.619	19.091

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	11.210	7.322	2.945	21.477
Adições/Reversões	(4.270)	166	2.597	(1.507)
Pagamentos	(144)	(105)	(630)	(879)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.796	7.383	4.912	19.091
Adições/Reversões	(2.418)	163	688	(1.567)
Pagamentos	(2.239)	(79)	(587)	(2.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.139	7.467	5.013	14.619

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Os processos cíveis provisionados, estão relacionados principalmente à controlada indireta Barueri Energia, referentes a litígios com fornecedores na implantação de projeto para a planta de waste-to-energy, cujos saldos estão substancialmente suportados por depósitos judiciais. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a Companhia é imputada (natureza passiva) dos processos. b) **Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível:** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Demonstrações financeiras são conforme quadro abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024		
Cível	139.909	126.083		
Trabalhista	29.042	18.938		
Tributário	363.135	313.405		
Total	530.547	458.426		

1) **Cível:** • Incidente de descon sideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças. • Auto de infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. 2) **Trabalhista:** • Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. 3) **Tributário:** • Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. • Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. c) **Depósitos Judiciais:** Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais	6.066	6.066

A Barueri Energia Renovável é objeto de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por fornecedor, requerendo o pagamento decorrente de acordo comercial e contrato celebrado entre as partes.

### 19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	3.976
Adiantamentos recebidos	167.310
Compensações	(12.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	158.561
Adiantamentos recebidos	112.182
Compensações	(111.910)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	158.833

Em 25 de setembro de 2024, a UTE Paraíba e UTE Pernambuco firmaram contrato de compra e venda de energia elétrica, nos montantes de R\$20.000 e R\$120.000, respectivamente. O fornecimento de energia teve início em 1º de janeiro de 2026 e se estenderá até 31 de dezembro de 2027. Em virtude deste contrato, foi antecipado o montante total de R\$150.000 ainda em setembro de 2024.

### 20. CONTAS A PAGAR

Aquisição de empresas: **Aquisição SPES - UPI Estre:** Conforme detalhado na nota 1, em 19 de abril de 2022 a controladora Orizon Meio Ambiente concluiu o processo de aquisição da UPI Aterros. A movimentação do saldo remanescente está apresentada abaixo: O montante foi integralmente liquidado no primeiro trimestre de 2025:

	Fluxo de pagamento - Aquisição SPES UPI Estre	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro de 2024	36.706	
Pagamentos realizados e janeiro a dezembro/2024	(38.750)	
Ajuste a valor presente	6.941	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.897	
Pagamentos realizados e janeiro a dezembro 2025	(5.000)	
Ajuste a valor presente	103	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	

Adicionalmente, nesta rubrica há montante de R\$973 em 31 de dezembro de 2025, referente a saldo residual da CTR Santa Luzia. Os saldos estão integralmente classificados no passivo circulante.

### 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia é de R\$1.191.127, representado por 96.127 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a seguinte composição acionária: A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2025:

	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Acionista	41.192	42,85%
Acionistas de referência	5.710	5,94%
Hix Investimentos Ltda ("HIX") (*)	4.895	5,09%
Tarpon	44.330	46,12%
Free Float	96.127	100%

(1) A participação acionária da Hix Investimentos Ltda corresponde à última informação disponível no Formulário de Referência divulgado pela Companhia até a data-base destas demonstrações financeiras. A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2024:

	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Acionista	4.203	4,36%
Acionistas de referência	42.385	50,78%
Hix Investimentos Ltda ("HIX")	203	0,21%
Free Float	82.951	100%

**Emissão de novas ações:** Em 29 de abril de 2025, a Companhia anunciou, por meio de Fato Relevante, o lançamento de sua oferta pública de ações (follow-on), concluída em 14 de maio de 2025. A oferta foi composta por uma tranche primária de 5.705.395 ações e por hot issue de 7.470.587 ações, ao preço de R\$48,20 por ação, totalizando uma captação de R\$635 milhões, sendo R\$100.000 para aumento de capital e o excedente de R\$535.000 para reserva de capital. A operação foi ancorada pela Circular Holding - veículo formado pelos atuais acionistas de referência na época da oferta e pela eB Capital - que subscreveu integralmente a tranche primária e parte da hot issue, totalizando um investimento de R\$400 milhões e aproximadamente 63% da oferta. Os acionistas participantes concordaram com lock-up de dois anos (a partir da divulgação do anúncio de início da oferta) e foram contemplados com bônus de subscrição na razão de 1:1, exercíveis em até 120 dias após o término do lock-up de 24 meses, a R\$52,93 por ação. Os recursos da oferta serão destinados ao fortalecimento da estrutura de capital e à execução da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Companhia. b) **Barteri Energia Renovável:** Em 22 de dezembro de 2022, a Orizon alienou 20% do capital social da Barueri Energia Renovável, gerando um ganho líquido de R\$28.313. Uma vez que esta transação não gerou perda de controle, o resultado positivo da transação foi alocado no patrimônio líquido, na rubrica de outras reservas de capital. **Pagamento baseado em ações:** Adicionalmente, 589 (mil) ações, valorizadas a R\$238,36, foram utilizadas para a quitação da dívida referente a pagamento baseado em ações. c) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R\$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas Demonstrações financeiras Individuais na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R\$1.304, foi reavaliado para R\$16.959, gerando um efeito bruto de R\$15.655 (R\$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social difereis), pela aplicação da alíquota fiscal de 34%. d) **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. e) **Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação:** Nos exercícios

findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o resultado por ação da Companhia é conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	60.142	60.897	73.962	74.476
Quantidade de ações ordinárias	96.127	82.951	96.127	82.951
Prejuízo básico e diluído por ação	0,63	0,73	0,77	0,90
Quantidade de ações potenciais diluidoras em períodos futuros com lucro(1)	96.127	82.951	96.127	82.951

(1) A Companhia não possui instrumentos com efeito diluidor no período.

### 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta (*)	33.151	39.076	1.205.300	1.040.467
Deduções da receita bruta	-	-	(15.832)	(14.145)
Programa de Integração Social - PIS	-	-	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	(72.939)	(64.503)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	-	-	(44.218)	(41.535)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	(6.545)	(5.680)
Outros	-	-	(5.999)	(4.933)
Total dos impostos incidentes	-	-	(145.533)	(130.796)
Vendas canceladas	-	-	(9.427)	(6.198)
Receita operacional líquida	33.151	39.076	1.050.340	903.473

(\*) Na Controladora, refere-se à comercialização de créditos de carbono de operações de controladas.

### 23. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Despesas gerais e administrativas	Total	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(24.244)	(24.244)	(14.342)	(14.342)
Serviços de terceiros	(4.971)	(4.971)	(7.368)	(7.368)
Outros (*)	(17.869)	(6.600)	(24.469)	(12.267)
Total	(47.894)	(35.815)	(46.179)	(34.077)

(\*) Outros compreende, substancialmente, os custos relacionados ao repasse de créditos de carbono

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Despesas gerais e administrativas	Total	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (salários e ordenados)	(141.089)	(86.688)	(227.777)	(125.835)
Materiais de produção e consumo	(92.177)	(312)	(92.489)	(81.492)
Depreciação e amortização	(152.852)	(28.326)	(181.178)	(125.711)
Provisão para fechamento de aterro	(9.313)	(9.313)	(4.512)	(4.512)
Serviços de terceiros	(46.632)	(43.662)	(90.294)	(51.871)
Aluguéis	(14.993)	(2.686)	(17.679)	(179)
Outorgas	(13.670)	-	(13.670)	(13.126)
Energia	(37.222)	(11)	(37.233)	(16.424)
Combustíveis	(32.116)	(88)	(32.204)	(34.123)
Fretes	(829)	(1)	(830)	(731)
Outros (*)	(24.184)	(26.204)	(50.388)	(35.922)
Total	(565.077)	(187.978)	(753.055)	(489.926)

(\*) Outras despesas administrativas composta principalmente por despesas legais e judiciais, doações ao Instituto Orizon, despesas com licença de software e hospedagem e viagens.

Abaixo, detalhamento dos custos e despesas de depreciação e provisão para fechamento de aterro por suas respectivas naturezas:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Amortização Equiparques	(64.783)	(47.671)	
Amortização Mais Valia	(34.275)	(32.566)		
Amortização IFRS 16	(46.653)	(60.802)		
Demais depreciações	(44.780)	(29.440)		
Total	(190.491)	(160.479)		

### 24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	20.737	7.656	593	4.177
Ajuste a valor presente/ justo	3	1.278	4.715	1.526
Rendimentos de aplicações financeiras	35.602	1.229	104.716	40.894
Rendimentos de debêntures	1.590	-	8.738	-
Descontos financeiros obtidos	3	-	369	95
Outras receitas financeiras	570	59	6.884	7.287
PIS e COFINS sobre receita financeira	(2.251)	399	(13.936)	(6.371)
Total	66.254	10.621	112.079	58.643
Despesas financeiras	-	-	-	-
Ajuste a valor presente/ justo (*)	-	(6.385)	(6.560)	(9.736)
Varição cambial passiva	1	(1.153)	(6.625)	(6.623)
Juros de empréstimos e financiamentos	(88.584)	(69.523)	(265.644)	(190.746)
Multa e juros	(1.092)	(1.195)	(6.304)	(13.411)
Desconto concedido	-	-	(2.043)	(586)
Amortização de gastos na captação de recursos (*)	(246)	-	(23.621)	-
Custo de pré-pagamento de dívida - Prêmio	-	-	(10.467)	-
Outras despesas financeiras	(540)	(770)	(3.897)	(8.311)
Total	(90.461)	(79.028)	(325.161)	(229.413)
Total	(24.207)	(68.407)	(213.082)	(170.770)

Resultado financeiro, líquido

(\*) O montante alocado nesta rubrica não representa impacto de caixa, mas ajustes temporais de recursos pelos efeitos de correções monetárias.

### 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado		
	Final	Transição	Economia Circular
Receita operacional líquida	812.683	162.038	75.619
Custo dos serviços prestados	(302.427)	(36.400)	(64.085)
Lucro bruto antes da depreciação	510.256	125.638	11.534
Custos de depreciação	-	-	(162.165)
Lucro bruto	-		



# Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Passivos financeiros	Consolidado					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 1 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	139.513	5.326	900	49	-	145.788
Empréstimos e financiamentos	14.874	29.798	133.861	1.943.929	-	2.122.412
Arrendamentos	4.104	8.208	36.931	54.834	-	104.077
Partes relacionadas	-	-	-	-	12.267	12.267
Outorgas a pagar	15.963	-	-	-	-	15.963
Adiantamento de clientes	8.833	-	75.000	75.000	-	158.833
<b>Total</b>	<b>183.287</b>	<b>43.282</b>	<b>246.692</b>	<b>2.073.812</b>	<b>12.267</b>	<b>2.559.340</b>

**Risco de crédito:** O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (default) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (ratings) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 31 de dezembro de 2025 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R\$143.874 e R\$165.360, 31 de dezembro de 2024 respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 5). **Risco de preços:** Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso. **Risco de taxa de juros:** Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. **Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI:** A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, a partir da taxa efetiva anual levantada em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Leonardo Roberto Pereira dos Santos  
Diretor - CPF 218.498.438-80

Operação	Ativos (Consolidado)			
	Saldo 31/12/2025	Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - Período findo em 31/12/2025 (*)	14,90%	-	-	-
Aplicações financeiras (Nota 4)	71.035	68.904	71.017	73.131
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2026	-	11,90%	14,88%	17,85%
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2025	-	(2.131)	(18)	2.096

Operação	Passivos (Consolidado)			
	Saldo 31/12/2025	Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - Período findo em 31/12/2025 (*)	14,90%	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	2.122.412	2.058.740	2.121.881	2.185.023
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2026	-	11,90%	14,88%	17,85%
Aplicações financeiras (Nota 4)	-	(63.672)	(531)	62.611

(\*) Fonte: Site B3(https://www.calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora). **Risco de gerenciamento de capital:** A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. **d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos:** A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025, utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: **Caixa e equivalentes a caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. **Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas:** Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. **Empréstimos e financiamentos:** A Administração da Companhia entende que o valor contábilizado se aproxima de seu valor justo. **Contas a receber, fornecedores (terceiros) e créditos diversos:** Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. **Partes relacionadas:** Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas não são remunerados. Não foi possível qualificar os valores justos já que não existem prazos contratuais de vencimento.

## 28. COBERTURA DE SEGUROS (CONSOLIDADO)

A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos à riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2025, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se às coberturas dos aterros sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

## 29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA (CONSOLIDADO)

Em 15 de dezembro de 2025, a controlada Orizon meio ambiente (OMA) realizou a sua 8ª Emissão de Debêntures Simples, para colocação privada, no montante total de R\$200.000. A referida operação foi estruturada como uma transação intercompany, na qual a integralização das 200.000 debêntures (ao valor nominal unitário de R\$1.000,00) ocorreu mediante a compensação de créditos/débitos existentes entre a controlada Orizon Meio ambiente (OMA Emissora e a Controladora Orizon Valorização de resíduos SA (OVR). Uma vez que a operação consistiu na utilização de saldos oriundos de transações intercompany.

Transações Não envolvendo caixa	31/12/2025
Integralização de Debêntures (8ª Emissão)	200.000
(-) Compensação de saldos com partes relacionadas (Intercompany)	(200.000)
Impacto Líquido no Fluxo de Caixa	-

## 30. EVENTOS SUBSEQUENTES (CONSOLIDADO)

**Leilão de Reserva de Capacidade:** Em 18 de março de 2026, a Orizon Valorização de Resíduos S.A. participou do Leilão de Reserva de Capacidade na Forma de Potência de 2026, direta e indiretamente, por meio de empreendimentos de geração termelétrica, tendo obtido êxito em todos os atos ofertados, conforme resumo abaixo:

### Resumo dos Resultados do Leilão (1)

	UTE Paulínia Verde	UTE Jaboatão	UTE João Pessoa
Participação Orizon	33,33%	100,00%	100,00%
Capacidade instalada	23,3	28,5	5,7
Potência contratada no leilão (MW)	21,3	26,9	4,8
Início previsto de operação	Ago/26	out/28	out/28
Prazo de contrato	10 anos	10 anos	10 anos
Receita fixa anual estimada (2)	R\$ 42,7 mm	R\$ 55,3 mm	R\$ 9,9 mm

Notas: (1) Valores referentes a 100% dos empreendimentos; (2) Data-base setembro de 2025 / corrigida pelo IPCA.

No total, os ativos vencedores representam 52,7 MW de potência contratada no leilão, considerando a participação integral nos empreendimentos, todos já implantados. A contratação decorrente do leilão está sujeita ao cumprimento das etapas subsequentes previstas no edital, incluindo a celebração dos

Jessé Gonçalves de Lima Andrade  
Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As Acionistas, Conselheiros e Administradores da Orizon Valorização de Resíduos S.A. Rio de Janeiro - RJ

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Orizon Valorização de Resíduos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Combinação de negócios:** Conforme divulgado na nota explicativa 1, q às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia concluiu durante o exercício de 2025, aquisição em participação societária. A transação foi contabilizada pela aplicação do método de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3 - Business Combinations), que requer, dentre outros procedimentos, que a Companhia determine: a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a leitura dos documentos relacionados às transações, tais como contratos e atas e a obtenção de evidências que fundamentaram a determinação das datas de aquisição dos controles acionários das companhias adquiridas e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas; (ii) análise das informações financeiras das companhias adquiridas e discussão com a Administração acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e exame dos saldos contábeis significativos das adquiridas; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (iv) avaliação das divulgações em relação ao tema. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contabilizado, por meio de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., ágio por expectativa de rentabilidade futura, o qual deve ser testado anualmente para determinar se houve perda do valor recuperável, independentemente de indícios de deterioração, conforme nota 12. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controladas para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela diretoria para projetar os fluxos de caixa descontados; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo

utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram alocados; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ágios. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contabilizado, por meio de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., imposto de renda e contribuição social diferidos, constituído substancialmente sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deve anualmente avaliar a projeção de lucros tributáveis futuros para fins de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme nota 7.d. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como ser baseado em diversas premissas, regularmente subjetivas, que serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e análise da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido; (ii) a utilização de especialistas tributários para nos ajudar a avaliar e testar o saldo constituído pela Companhia, bem como o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído pela Companhia, bem como seu correspondente valor recuperável, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios relacionados à sua constituição e as premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 6.d, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na Nota 2.7, a Companhia reconhece suas receitas pelo regime de competência, quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando elas possam ser mensuradas de forma confiável por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca dos serviços. O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de serviços prestados; e (iii) à relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento de receita; (ii) a realização de testes substantivos de itens-chave e amostras representativas, incluindo, quando aplicável, a inspeção dos contratos, das notas fiscais emitidas, dos comprovantes dos serviços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva prestação dos serviços durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) análise mensal da receita utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas notas 2.7 e 22 às demonstrações financeiras. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas da prestação de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ênfase - Representação dos valores correspondentes:** Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2.16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que em decorrência da mudança de política contábil, referente à visão atual da Administração sobre seus segmentos operacionais, os valores correspondentes às informações por segmento em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e no Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e, apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do

Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, de 25 março de 2026.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC RJ-090174/O



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 30/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/30/ORIZON1588484430032026.pdf>

Hash: 1774644963e11bbbd85b6e4ec882a2ae9c6886647f